

FORMAÇÃO E AÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL, UM OLHAR SOBRE O MUNICÍPIO DE ARARA – PB

Glicerinaldo de Sousa Gomes¹

Josileide Carmem Belo de Lima²

RESUMO

Este trabalho pretende apontar elementos que contribuam para a prática pedagógica na Educação Infantil, tendo em vista que essa modalidade de educação, não se resume ao caráter assistencialista do ato de cuidar das crianças, mas, também, a de educá-las, favorecendo o seu desenvolvimento integral, com destaque aos campos: intelectual, motor, psicológico, afetivo e cognitivo, dentre outros preconizados pelo Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil – RCNEI. Tendo por objetivo geral investigar como se dá a prática pedagógica no âmbito da Educação Infantil, onde tivemos como objeto de estudo, as professoras da educação infantil da Escola Municipal Maria do Carmo Castro, localizada no município de Arara – PB e o uso de ferramentas educacionais que contribuam com a educação dessas crianças.

Palavras-chave: Educação infantil. Formação de professores. Ação docente.

INTRODUÇÃO

A primeira educação, no âmbito escolar, ou seja, a Educação Infantil, só passou a ser mais valorizada nas últimas décadas, mais precisamente no ano de 1974, quando o Governo Federal criou a Coordenação de Educação Pré-escolar (COEPRE) como coordenadoria do MEC. Voltando-se para o desenvolvimento de políticas educativas para crianças pequenas.

As creches e pré-escolas sofriam com escassos materiais didáticos e pedagógicos resumindo-se em aulas enfadonhas e cansativas, além de profissionais pouco motivados. Logo, os alunos ficavam a deriva de necessidades como: carinho, atenção, assistência, afetividade e cuidado eram dados de forma resumida como mera obrigação assistencialista.

Mesmo havendo investimento, a educação infantil ainda sofre inúmeras falhas e problemas de cunho econômico, financeiro e, sobretudo, social, pois, vemos que essa modalidade de ensino apesar de ser a primeira na vida do futuro cidadão, sempre foi tida como última prioridade, que pode ser conduzida de toda e qualquer forma, sem falar no

¹ glicerinaldo@gmail.com. Mestre em Gestão em Organizações Aprendentes (UFPB), Licenciado em Pedagogia e em Matemática, professor da educação básica.

² josileidecarmem@gmail.com. Licencianda em Ciências Agrárias (UFPB).

entreve que há quanto a devida formação dos profissionais que atuam nessa modalidade e a devida aplicação dos investimentos em ambientes adequados ao desenvolvimento das atividades e, por conseguinte o desenvolvimento integral das crianças.

Nesse contexto, este trabalho pretende apontar elementos que contribuam para a prática pedagógica na Educação Infantil, tendo em vista que essa modalidade de educação não se resume meramente a cuidar das crianças, mas, também, a educá-las, favorecendo o seu desenvolvimento integral, com destaque aos campos: intelectual, motor, psicológico, afetivo e cognitivo, dentre outros como preceitua o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil – RCNEI.

Também visa identificar e discutir os padrões educacionais adotados pela rede municipal de educação do município de Arara – PB, para as escolas da zona urbana e rural, com destaque para a Escola Municipal Maria do Carmo Castro, maior escola de Educação Infantil do município; Traçar o perfil dos profissionais docentes e analisar as contribuições e reflexos que a formação destas professoras tem para as crianças.

Assim, segundo o RCNEI (1998), educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas e integradas que possam estimular e contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis, por meio das relações interpessoais, da aceitação e respeito às diferenças, pela confiança. Propiciando o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento de suas potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a sua formação e desenvolvimento.

2 A FORMAÇÃO DOCENTE DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL FRENTE ÀS NOVAS DEMANDAS EDUCACIONAIS

No Brasil, a formação do professor foi regulamentada pela primeira vez pelo Decreto-Lei nº 1.190 de 1939, alinhando todas as licenciaturas ao modelo de ensino denominado de “3 + 1”, ao qual inicialmente concluíam-se o bacharelado nas diversas áreas do conhecimento (Ciências Humanas, Sociais, Naturais, Exatas etc.), em três anos, e o título de licenciado, que permitia exercer a função de professor, aos que cursassem mais um ano de estudos dedicados à didática e à prática ou regência de ensino, como é possível constatar no Art. 49:

Art. 49. Ao bacharel, diplomado nos termos do artigo anterior, que concluir regularmente o curso de didática referido no art. 20 desta lei será conferido o diploma de licenciado no grupo de disciplinas que formarem o seu curso de bacharelado.

Na sociedade atual, o homem só se torna completo ao se expressar e manifestar por meio da comunicação que pode se dar pela linguagem visual, táctica ou verbal. Vale, porém, salientar que a linguagem verbal e as atividades desenvolvidas em sociedade se correlacionam com interesses e necessidades próprias das mudanças e evoluções de época, período ou concepção.

Nesse sentido a formação de professores deve estar voltada a uma educação sólida, baseada nos moldes da ação, do diálogo e da participação, ou seja, que tenha bases democráticas.

Para Paulo Freire (1981, p. 67):

É uma relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade. Nutre-se de amor, de humildade, de esperança, de fé, de confiança. Por isso, somente o diálogo comunica. E quando os dois pólos do diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé no próximo, se fazem críticos na procura de algo e se produz uma relação de “empatia” entre ambos. Só ali há comunicação.

Sob esta ótica, o professor adquire papel crucial para a formação de jovens cidadãos e profissionais, pois “a contribuição dos professores é crucial para preparar os jovens, não só para encarar o futuro com confiança, mas para construí-lo eles mesmos de maneira determinada e responsável” (DELORS et al, 2001, p. 152).

Hoje, para exercer a docência, na educação infantil, o professor deve, no mínimo, ter formação em Curso Normal, de nível médio. Formação essa que deve ser substituída posteriormente pela formação superior em Licenciatura em Pedagogia ou Normal, em nível superior.

O professor é um profissional que detém variados saberes e que tem como sua principal função educar, quer sejam crianças, jovens ou adultos. Em virtude disso, o saber e a ação docente que orienta o professor reside em sua capacidade de saber inserir-se, adaptar-se e desenvolver o seu papel nas diferentes realidades que permeiam a profissão, fazendo o uso de diferentes teorias, metodologias e habilidades que já dominam e que passam a desenvolver. Dessa forma, o professor alia à sua prática saberes teóricos, metodológicos, experienciais dentre outros. Tornando-se um profissional plural.

E nessa pluralidade, Tardif e Gauthier (1996, p. 11) destacam que “o saber docente é um saber composto de vários saberes oriundos de fontes diferentes e produzidos em contextos institucionais e profissionais variados”. Algo que para Pimenta (1999), os ‘saberes dos professores’, indicado por ela como ‘saberes da docência’, são constituídos por três categorias: saberes da experiência, saberes do conhecimento (adquiridos durante a formação) e saberes pedagógicos, com ênfase em saber transmitir ou ensinar.

Para Saviani, educador é aquele que educa, e que por consequência, se faz necessário saber educar, aprender, ter formação, precisa saber dominar os saberes, além de ser educado para ser educador. Assim, ao invés, dos saberes determinarem a formação do educador, é a educação que determina os saberes da formação do educador (SAVIANI, 1996, p. 145).

Prado (1999, p. 14) destaca que os atuais professores foram preparados para reproduzir o passado, para compartimentalizar os pensamentos e ações e para ter uma compreensão linear e apenas racional dos fatos (...). Hoje, com o avanço tecnológico, não só o conhecimento torna-se dinâmico, mas também a própria noção de espaço e tempo. Sendo, nesse caso, não a ferramenta em si, a originária dessa nova percepção, mas quem a conduz e como conduz na formação.

As atuais configurações dos currículos pertencem a uma era que, podemos considerar analógica, ou até mesmo pré-digital, havendo a necessidade de inserir em seu contexto necessidades da era da informação (PAPERT, 2001).

É notória a possibilidade, que tanto professores como alunos têm de contribuir e acrescentar informações a essas bases de dados alterando substancialmente o paradigma educacional vigente. As escolas, por sua vez, continuam em ritmo lento para assimilar as mudanças que ocorrem no mundo, encontrando-se diante de uma urgente necessidade de, ao menos, promover, sobretudo, a ‘alfabetização digital’ de seus educadores, inserindo assim o uso das novas tecnologias no ambiente educacional.

O que não se resolve simplesmente por adquirir tecnologia (computadores, internet, equipamentos), mas, fazer com que os professores saibam integrar tais recursos às diversas atividades curriculares, de forma eficiente.

O documento, Sociedade da Informação no Brasil (MCT, 2000) enfatiza que a Educação, é o elemento-chave na construção de uma sociedade baseada na informação, no conhecimento e no aprendizado. (...) Por outro lado, educar em uma sociedade da informação, significa muito mais que treinar as pessoas para o uso das tecnologias de informação e

comunicação: trata-se de investir na criação de competências suficientemente amplas, que lhes permitam ter uma atuação efetiva na produção de bens e serviços, tomarem decisões fundamentadas no conhecimento, operar com fluência os novos meios, e ferramentas em seu trabalho, bem como aplicar criativamente as novas mídias.

Trata-se também de formar os indivíduos para “aprender a aprender”, de modo a serem capazes de lidar positivamente com a contínua e acelerada transformação da base tecnológica (MCT, 2000). Logo, capacitar o professor é, também preparar o ambiente onde esse profissional irá atuar. Trata-se principalmente de pensar, e repensar, todo o processo educacional sob a perspectiva gradativa de crescimento e de inovação, interna e externamente, ou seja, a estrutura, o público-alvo e a perspectiva do trabalho docente.

2.1 Procedimentos Metodológicos

Para desenvolvimento deste trabalho foi realizada uma pesquisa descritiva e exploratória com todos os 06 (seis) professores da maior escola de educação infantil do município de Arara – PB. E, depois, a pesquisa bibliográfica com a finalidade de fundamentar os dados e informações coletados durante a pesquisa.

De acordo com Gil (2008), as pesquisas descritivas possuem como objetivo a descrição das características de uma população, fenômeno ou de uma experiência. A pesquisa bibliográfica forneceu elementos que serviram como base conceitual e instrumental para a realização da pesquisa de campo, que de acordo com Prestes (2003, p.47), “é aquela em que o pesquisador através de questionários, entrevistas, protocolos, observações etc., coleta seus dados, investigando os pesquisadores no seu meio”

Para tanto, foi aplicado um questionário estruturado com todos os professores da Escola Municipal Maria do Carmo Castro, localizada no município de Arara – PB. Os dados e informações coletadas durante a realização da pesquisa foram tratados de modo estatístico simples utilizando Microsoft Excel 2007 e depois representados graficamente.

2.2 Resultados da Pesquisa

Após a aplicação do questionário e tratamento dos dados foi possível constatar que o corpo docente da educação infantil da Escola Municipal Maria do Carmo Castro é formado, predominantemente, por professores com idade entre 25 e 39 anos, ou seja, 4 (quatro) professoras o que representa 67% do corpo docente.

Também, foi possível constatar a massiva e total participação da mulher na educação infantil, 100% dos professores, desta fase na referida escola, são do sexo feminino. Essa realidade se traduz tanto por ser uma questão de gênero, mas, possivelmente pela candura, carinho e afeto próprios das mulheres sendo maior a sua presença nessa fase educacional. Para Louro (1997, p. 78), as mulheres

“[...] têm, por natureza, uma inclinação para o trato com as crianças, que elas são as primeiras e naturais educadoras. Se a maternidade é, de fato, o seu destino primordial, o magistério passa a ser representado também como uma forma extensiva da maternidade.”

Para esta autora a predominância da mulher na educação infantil está baseada, sobretudo, pela docência ter sido uma das primeiras portas de trabalho abertas para o sexo feminino, algo que perdura até os dias atuais. Vale salientar que, na rede municipal de ensino, existem professores do sexo masculino atuando na educação infantil, mas em outras escolas.

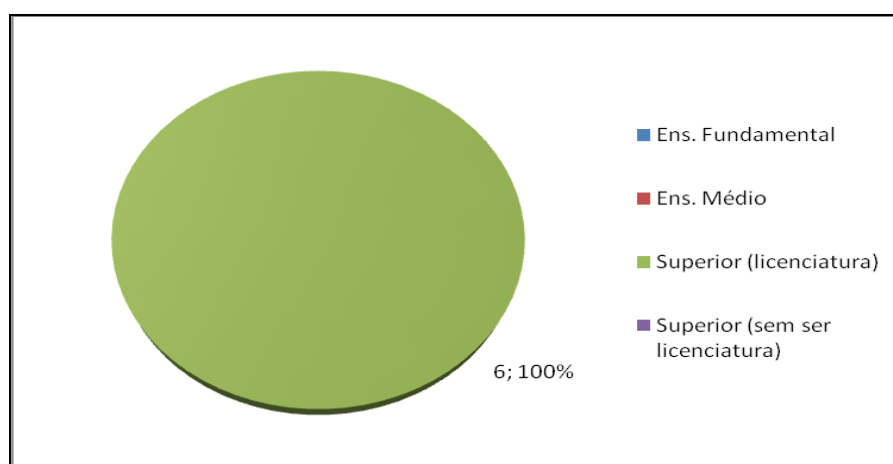


Gráfico 1: Formação dos docentes.
Fonte: Pesquisa do autor (2015).

É possível constatar que todas as professoras da educação infantil pesquisadas possuem formação superior, prioritariamente, licenciatura em Pedagogia, curso esse concluído pela maioria delas 5 (cinco), 83,5%, em instituição de ensino superior privada. Foi observado também que 83,5% delas, tem formação pós-graduada em nível de especialização.

A LDB, no artigo 62, dispõe que a formação do profissional de educação infantil se faça em nível superior ou médio:

A formação de docentes para atuar na educação básica, far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Nesse sentido, a formação das professoras é satisfatória, atendendo aos requisitos legais para a atuação nesta fase, sobretudo, pela formação superior ser majoritariamente no curso de Pedagogia, o que responde a uma exigência da LDB.

O tempo de docência é bem homogêneo, declararam estar na docência de 1 a 5 anos, uma delas o que equivale a 16,7% esse mesmo percentual foi observado para o período de 5 a 10 anos. Sendo que 4 (quatro) delas, 66,8% delas, são docentes a mais de 10 anos.

Especificamente para a educação infantil, o tempo de docência varia um pouco, pois para uma delas 16,7%, esse é o primeiro ano que atua nessa fase, 2 (duas) delas 33,4%, estão nessa fase entre 2 e 5 anos. Foi observado, também, que uma atua de 5 a 10 anos e outra há mais de dez anos, equivalendo a 16,7% cada uma.

Para Tardif (2002, p. 36), os saberes docentes são plurais, nos quais se dividem em saberes profissionais, disciplinares, curriculares e experienciais. Portanto, é possível contatar que os saberes dos professores, segundo Tardif (2002) são temporais porque passam por transformações vinculadas às etapas da carreira docente, caracterizando diferentes fases na vida e prática dos docentes.

Ao serem questionadas sobre o ambiente escolar estar adequado ao desenvolvimento integral da criança 2 (duas), 33,4%, acreditam que o ambiente sejam insuficiente, enquanto que para as 4 (quatro), 66,6%, o ambiente varia de regular a bom.

Em virtude de não haver plena concordância entre as docentes e tomando por base os pressupostos preconizados no RCNEI (1998, p. 30), ao dizer que “na instituição de educação infantil o professor constitui-se, portanto, no parceiro mais experiente, por excelência, cuja função é propiciar e garantir um ambiente rico, prazeroso, saudável e não discriminatório de experiências educativas e sociais variadas”. De modo que, o professor é quem fará todo o diferencial ao planejar as aulas e desenvolvê-las com excelência, propiciando assim o desenvolvimento da criança.

Com relação a qualidade dos materiais didáticos utilizados para a execução das atividades, 5 (cinco) 83,5%, disse estar de acordo com a qualidade dos mesmos, classificando-os como bom e apenas uma 16,7%, discorda dizendo que é regular. Tais

informações nos leva a crer, que o material fornecido pela Secretaria Municipal de Educação e pela escola é de boa qualidade.

Sob este quesito, o RCNEI (1998, p. 68) afirma que:

Espaço físico, materiais, brinquedos, instrumentos sonoros e mobiliários não devem ser vistos como elementos passivos, mas como componentes ativos do processo educacional que refletem a concepção de educação assumida pela instituição. Constituem-se em poderosos auxiliares da aprendizagem. Sua presença desponta como um dos indicadores importantes para a definição de práticas educativas de qualidade em instituição de educação infantil.

Mas, isso não quer dizer, necessariamente, que a excelência educacional dependa exclusivamente desses materiais e objetos, mas à forma como as professoras os inserem em suas aulas, ou seja, à forma como estes são utilizados.

Nesse mesmo sentido ao serem questionadas sobre as atividades desenvolvidas estarem de acordo com a faixa etária das crianças os dados obtidos demonstraram que, para 4 (quatro) delas 66,6%, as atividades desenvolvidas situam-se entre bom e excelente, enquanto que para uma delas 33,4%, as atividades são planejadas e desenvolvidas de forma regular. Esses mesmos valores foram observados, também, para o desenvolvimento de aulas lúdicas e dinâmicas e também para a satisfação por parte dos alunos ao participarem das aulas.

No RCNEI (1998, p. 30) conta para que as aprendizagens infantis ocorram com sucesso, é preciso que o professor considere, na organização do trabalho educativo diversas variáveis, como:

- 1- a interação com crianças da mesma idade e de idades diferentes em situações diversas como fator de promoção da aprendizagem e do desenvolvimento e da capacidade de relacionar-se;
- 2- os conhecimentos prévios de qualquer natureza, que as crianças já possuem sobre o assunto, já que elas aprendem por meio de uma construção interna ao relacionar suas idéias com as novas informações de que dispõem e com as interações que estabelece;
- 3- a individualidade e a diversidade;
- 4- o grau de desafio que as atividades apresentam e o fato de que devam ser significativas e apresentadas de maneira integrada para as crianças e o mais próximas possíveis das práticas sociais reais;
- 5- a resolução de problemas como forma de aprendizagem.

Ao serem indagadas sobre a utilização de alguns recursos didáticos e equipamentos durante o desenvolvimento de suas aulas, 3 (três) 50% das professoras, foram bem enfáticas ao classificar, durante suas aulas, como ‘muito bom’ o desenvolvimento de dinâmicas, o desenho, a pintura e a utilização de som e música.

Nessa perspectiva, o professor é mediador entre as crianças e os objetos de conhecimento, organizando e propiciando espaços e situações de aprendizagens que articulem os recursos e capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas de cada criança aos seus conhecimentos prévios e aos conteúdos referentes aos diferentes campos de conhecimento humano (RCNEI, 1998, p. 30).

Esse mesmo percentual de 50%, também classificou como boas as atividades de passeios e visitas, e como regulares as encenações e teatro. As atividades físicas e o cantinho da leitura aparecem com classificação razoável, situando-se, respectivamente, entre regular e muito bom.

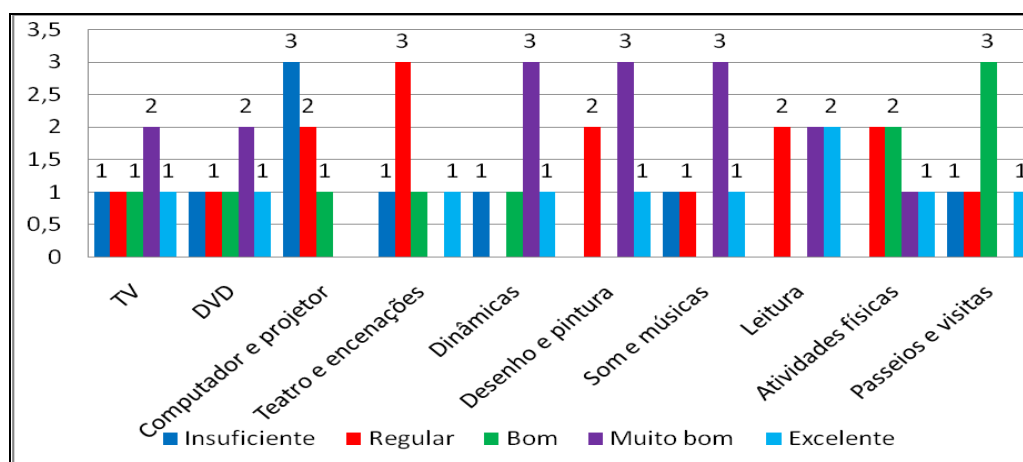


Gráfico 2: Frequência com que usa alguns recursos didáticos e/ou equipamentos
Fonte: Pesquisa do autor (2015).

Kramer (2003, p. 60) destaca em relação ao aspecto pedagógico, a importância do aspecto cultural reconhecendo, a criança como sujeito da história e da cultura. Os usos da televisão e do DVD receberam pontuações distintas, revelando divergências entre as participantes da pesquisa, pois receberam pontuação em todos os níveis de classificação.

Outra informação importante coletada é a de que é insuficiente a utilização de computador e de projetor multimídia, entretanto esse que, apesar de ser na primeira etapa da educação exclui as crianças da inclusão digital, quer seja pela escola não dispor de computadores suficientes, ou pelo fato das professoras não terem o domínio dessa ferramenta. Para o RCNEI, o uso de diferentes recursos e materiais constitui um instrumento importante para o desenvolvimento da tarefa educativa, uma vez que, torna-se um meio que auxilia a ação das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos dados levantados nesta pesquisa tornou-se possível constatar a efetiva presença feminina com atuação na educação infantil. A formação das professoras está adequada com os dispositivos legais e que há por parte delas o compromisso com uma educação infantil cidadã e mais significativa, algo que implica em uma melhor organização do ambiente escolar.

Segundo essas professoras a Escola Municipal Maria do Carmo Castro não dispõe de uma estrutura física adequada nem de recursos materiais suficientes, suas ações docentes são sempre desenvolvidas de modo limitado, não havendo tanto espaço para o brincar, como processo de ensino e de aprendizagem, nem uma significativa interação entre as crianças e os espaços. Restando, portanto, as funções do cuidar e do educar, como ações predominantes em sua docência. Além de ficar evidente que na maioria das vezes essas funções têm sido substituídas por uma ação escolarizante, em face da rotina existente na instituição de ensino.

Mas que, deveria haver a preocupação, constante, com uma educação de qualidade pautada nos direitos fundamentais das crianças, respeitando a sua faixa etária e as fases de desenvolvimento e de aprendizagens, fazendo uso, sobretudo, de materiais didáticos interativos como o computador e demais tecnologias de informação e comunicação.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 12 março 2014.

_____. **Referencial curricular nacional para educação infantil**. Brasília, DF: MEC, 1998.

_____. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm>. Acesso em: 05 abril 2015.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 05 abril 2015.

CAMPELO, M. E. C. H. **Alfabetizar crianças – um ofício, múltiplos saberes**. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

DELORS, J. (Org.) **Educação: um tesouro a descobrir** – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo: Cortez/ Brasília: MEC/UNESCO, 2003, 288p.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. 27ª edição. Editora Paz e Terra S/A: São Paulo, 2003.

_____. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. 6 ed. São Paulo: Olho D'Água, 1995.

_____. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PIMENTA, S. G. **Formação de professores: identidade e saberes da docência**. In: PIMENTA (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 1999.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

UNESCO. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Senado Federal, 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001324/132452porb.pdf>> Acesso em: 10 setembro 2015.